

REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DAS OBRAS DIDÁTICAS DE SOCIOLOGIA NO EXERCÍCIO DOCENTE

REFLECTIONS ON THE IMPACT OF SOCIOLOGY TEXTBOOKS ON TEACHING PRACTICE

Rodrigo de Souza Pain 
Walace Ferreira 

RESUMO

Este artigo explora aspectos significativos das obras de Sociologia adotadas em salas de aula e sua aplicabilidade na prática educativa. A metodologia adotada segue uma abordagem histórica, fundamentada em revisão bibliográfica, entrevistas e observação empírica e indutiva da temática. Destaca-se a importância da interação entre autores, educadores e estudantes, promovida por meio de canais virtuais. Além disso, reconhece-se a necessidade de uma representação mais equitativa de autores negros, povos originários e mulheres, refletindo a diversidade da sociedade brasileira e alinhando-se às perspectivas da educação decolonial. Diante do contexto de rápidas inovações tecnológicas, conclui-se que o uso de livros didáticos continua sendo fundamental para a educação brasileira, especialmente considerando que muitos docentes não possuem formação específica na área.

PALAVRAS-CHAVE: Livro didático. Sociologia. Prática docente.

ABSTRACT

This article explores significant aspects of Sociology works adopted in classrooms and their applicability in educational practice. The methodology follows a historical approach, grounded in literature review, interviews, and empirical and inductive observation of the theme. Emphasis is placed on the importance of interaction among authors, educators, and students, facilitated through virtual channels. Furthermore, there is recognition of the need for more equitable representation of Black authors, indigenous peoples, and women, reflecting the diversity of Brazilian society and aligning with decolonial education perspectives. Given the context of rapid technological innovations, it is concluded that the use of textbooks remains fundamental to Brazilian education, especially considering that many educators lack specific training in the field.

KEYWORDS: Textbook. Sociology. Teaching practice.

INTRODUÇÃO

O uso do livro didático representa uma prática comum entre os docentes nas escolas brasileiras. A importância desse material é percebida nas políticas públicas desenvolvidas com o propósito de universalizar o acesso em diversos segmentos escolares. No campo da Sociologia, os livros representam uma ferramenta importante, pois muitos dos seus professores não têm formação na área (no Nordeste, por exemplo, apenas 13,9% dos professores que ministram aulas de Sociologia no Ensino Médio têm formação adequada à área. Extraído dos Censos Escolares do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), este dado integra a pesquisa “Ensino Médio no Nordeste: desafios da qualificação do trabalho docente”, de 2021), e esse é o único material disponível em muitos casos.

O objetivo do artigo está nas dimensões do uso das obras didáticas no trabalho docente. Além disso, vale destacar que a trajetória da disciplina ao longo da história foi de intermitência entre a obrigatoriedade e a ausência do seu conteúdo nos currículos do Ensino Médio, o que proporcionou significativa descontinuidade nas reflexões referentes à Sociologia escolar.

A metodologia seguida pela pesquisa utilizou uma abordagem histórica, com revisão bibliográfica, constatação empírica e indutiva sobre o tema e entrevistas semiestruturadas com docentes. O presente trabalho pretende fazer uma análise do uso das obras didáticas por parte do docente. Para isso apontaremos a trajetória da disciplina nos currículos brasileiros, em seguida indicaremos a importância do livro didático nas políticas públicas, em especial as de Sociologia nos últimos programas de distribuição de livros. E por fim, discutiremos a relevância do material didático, sua utilização entre os docentes e os desafios nesse novo contexto educacional e tecnológico.

1 CONCISA TRAJETÓRIA DA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NOS CURRÍCULOS DO BRASIL

Pensar na formação do futuro professor de Sociologia no país é refletir sobre o complexo caminho que essa área do conhecimento trilhou até aqui. Existem diversas cronologias para as duas principais dimensões da história das Ciências Sociais/Sociologia: da formação dos profissionais e da disciplina nas escolas de Educação Básica, sobretudo no Ensino Médio. Consideramos, como salienta a

socióloga Ileizi Silva, que esses aspectos se complementam e ajudam a demarcar a trajetória no campo de análise (Silva, 2010).

Podemos afirmar que as idas e vindas da obrigatoriedade da disciplina de Sociologia nos currículos das escolas brasileiras constituem interessante objeto de estudo e nos dizem muito sobre a atualidade da disciplina. As primeiras propostas para a inclusão da nova área de conhecimento couberam a Benjamin Constant, então ministro de Floriano Peixoto, em 1891. Indicado para Ministro da Educação, Constant apresentou um Plano Nacional para o setor que previa como obrigatória em todas as escolas do Ensino Médio o ensino de Sociologia (Carvalho, 2004). No entanto, tal proposta ficou restrita aos papéis, sem jamais ter sido implantada de maneira efetiva. A proposta foi descartada após sua morte. Em recente obra de impacto, os pesquisadores Cristiano Bodart e Marcelo Cigales (2021), ao investigar arquivos do *Diário Oficial do estado do Amazonas* e do *Jornal Amazonense*, encontraram evidências da trajetória da disciplina de Sociologia na última década do Século XX na região, bem como dos estudantes e professores, a partir das notas de avaliações e de nomeações e cargos publicados nas fontes.

A seguir, entre 1925 e 1945, podemos considerar a época de ouro da disciplina. Em 1925, a Reforma Rocha Vaz aponta para a Sociologia como obrigatória no tradicional Colégio Pedro II e o professor responsável para lecioná-la foi Delgado de Carvalho. Apesar de ter nascido na França, o importante docente tinha pai brasileiro. Sua formação intelectual ocorreu naquele país europeu, na prestigiada Escola de Ciências Políticas de Paris. Ainda no contexto da Reforma, a disciplina passou a fazer parte de maneira obrigatória do currículo das Escolas Normais do Rio de Janeiro e do Recife. No caso da capital pernambucana, destaca-se a iniciativa de Gilberto Freyre.

Em 1931, no início da Era Vargas, a Reforma Francisco Campos torna a disciplina obrigatória em todos os cursos do nível complementar. Amplia assim a Sociologia em nível secundário, indo além das Escolas Normais. Buscava-se oferecer uma formação mais humanista aos estudantes (Carvalho, 2004), com a procura da identidade nacional tão pensada naquele contexto, e também com a inspiração em todo ideal de modernidade pelo qual o Brasil passava. Segundo Flávio Sarandy (2004), foi nas escolas normais, e também de preparação para o ingresso em cursos superiores, que surgiram os primeiros esforços de sistematização do pensamento sociológico por meio de manuais destinados ao ensino da nova disciplina.

Por estar presente nos diferentes níveis de ensino (Escola Normal, Ensino Secundário e Ensino Superior), nesse momento importante de implementação da Sociologia, diversos manuais e livros foram utilizados para seu ensino. Fernando Azevedo e Amaral Fontoura foram dois autores que se destacaram nesse período de ouro da Sociologia. Suas obras trouxeram o debate entre dois grupos de intelectuais, os escolanovistas (da Escola Nova progressista) e católicos. Azevedo trazia ideias de Durkheim, tais como o fato social, a importância da educação moral e a definição científica da Sociologia. Também abordava autores brasileiros como Sílvio Romero e Delgado de Carvalho. Já Fontoura, por outro lado, pensava em uma "Educação Renovada", diferente da "Escola Nova", como a modernização dos métodos sem alterar o poder da Igreja Católica no campo educacional (Cigales; Engerhoff, 2018).

Já em 1942, com a Reforma Capanema, a disciplina de Sociologia perde a obrigatoriedade no Ensino Médio das escolas brasileiras, e fica relegada apenas às Escolas Normais de formação de professores, a partir de 1946. Por outro lado, assistimos, no período de 1942 e 1964, à ampliação de cursos universitários de Sociologia e dos centros de pesquisa criados pelos governos federal e estadual e por agências internacionais (Silva, 2010). Em junho de 1954, é realizado o primeiro Congresso Brasileiro de Sociologia organizado pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). É o momento da consolidação da área no Ensino Superior justamente no período de enfraquecimento da disciplina no Ensino Secundário.

Em 1964, com o golpe cívico-militar e a imposição da ideologia militar autoritária, foram retirados todos os resquícios da Sociologia nas escolas médias do País. Professores e estudantes veem-se perseguidos. São criadas disciplinas com o propósito de substituir a Sociologia e a Filosofia: o caso de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e de Educação Moral e Cívica, ambas tornando-se obrigatórias no currículo por meio do decreto-lei 869 de 1969.

No ano de 1979, um conjunto de deputados progressistas toma posse tanto como deputados federais como estaduais. No caso das casas legislativas estaduais, os deputados apresentam propostas de lei pela introdução da disciplina de Sociologia, o que acaba sendo sancionada como legislação estadual pelos governadores (Carvalho, 2004).

Com a abertura e a redemocratização do País, diversas associações de sociólogos passaram a articular a volta da disciplina, o que ocorreu em junho de 2008, com a Lei 11.684 (Brasil, 2008a). A nova legislação altera a Lei de Diretrizes e

Bases, de 1996, para incluir a Sociologia e a Filosofia como disciplinas obrigatórias nos currículos do Ensino Médio.

2 AS OBRAS DIDÁTICAS NO BRASIL EM SEU CONTEXTO HISTÓRICO: BREVES PALAVRAS

O livro didático é um material importante e muito utilizado por docentes dos segmentos fundamental e médio das escolas brasileiras, atualmente tendo forte suporte institucional através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Ministério da Educação (MEC).

No Brasil, as primeiras reflexões a respeito do livro didático surgem em 1929, com a criação do Instituto Nacional do Livro. Porém, diante da instabilidade política após a eleição de Júlio Prestes, o Instituto acaba não saindo do papel. Foi em 1938, com o então Ministro da Educação e Saúde do Governo Vargas, Gustavo Capanema, que em pleno Estado Novo sugere a elaboração de livros didáticos a serem adotados em escolas brasileiras. Através do Instituto Nacional do Livro preveem-se obras literárias de interesse para a formação cultural do brasileiro, elaboração de dicionários e enciclopédias de cunho nacional e a expansão de bibliotecas públicas em território nacional.

O ensino, naquele contexto, era fundamentalmente voltado às elites. O Estado Novo de Vargas, com forte viés ideológico, vinha com doses relevantes de autoritarismo. Buscava-se a “identidade nacional”, de modo que componentes de moral e civismo faziam parte dos discursos de autoridades da época. De acordo com a pesquisadora Simone Meucci (2011), entre 1900 e 1940 foram publicados 34 manuais ligados à Sociologia (uma jovem ciência na época). Segundo seus estudos, as décadas de 1930 e 1940 concentraram a maior parte das publicações na época, o que demonstra o desenvolvimento de um mercado naquele momento.

À medida que a instituição escola vai aumentando no Brasil, o Estado passa a assumir maior responsabilidade na produção do material didático. A expansão do número de estudantes nos governos militares teve impacto na produção das obras educacionais. De acordo com Juliana Filgueiras (2015), às políticas seguiam orientações da UNESCO, que indicavam o incentivo à produção de manuais pelas editoras privadas, com viés para estudantes carentes.

Nos anos 1960, o MEC possuía a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático, com o objetivo de estimular a expansão da indústria do livro, e também a Fundação Nacional do Material Escolar, que deveria produzir materiais didáticos para distribuição ou venda a preço de custo (Filgueiras, 2015). Já em 1985, com a redemocratização, é feita avaliação de livros didáticos com maior rigor, e no governo Fernando Henrique Cardoso é criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com o propósito de financiar livros com as editoras, e sua distribuição em escala nacional através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). No governo Lula acontece a universalização da distribuição do material didático chegando ao Ensino Médio e também à modalidade Jovens e Adultos.

Segundo o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES, 2018), baseando-se em dados de 2016, os livros didáticos representavam 50% de todos os livros vendidos no país. Eles são avaliados por um programa que vem sendo modificado ao longo dos anos. Nos últimos PNLDs de Sociologia, universidades participaram da avaliação dos livros, o que gerou críticas, pois muitos docentes universitários não possuíam experiência no ensino básico, o que sinaliza um viés elitista na escolha das obras. Por outro lado, a abertura da participação da sociedade civil na avaliação dos livros gerou dúvidas quanto aos interesses de empresas privadas na escolha do material.

A importância e a valorização do material didático de Sociologia está, inclusive, na aprovação das obras. No PNLD 2012 foram duas obras aprovadas; no Programa de 2015 foram seis livros, e em 2018 foram cinco obras selecionadas. Os números do último PNLD de Sociologia, de 2018 (o último com livros disciplinares, o PNLD 2021 foram livros a partir de áreas do conhecimento, no caso Ciências Humanas), mostram a grandeza desse universo. Foram comercializadas 7.585.647 obras, entre livros de estudantes e livros para docentes, e R\$ 90.097.242,00 foram gastos nas obras de Sociologia¹.

¹ As obras selecionadas foram: *Sociologia*, da Scipione, com 1.532.361 exemplares; *Sociologia Hoje*, da Ática, com 1.229.004 exemplares; *Sociologia em Movimento*, da Moderna, com 3.002.097 exemplares; *Sociologia para jovens do Século XXI*, da Imperial Novo Milênio, com 964.962 exemplares; e *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*, da Editora do Brasil, com 857.223 exemplares. Todos os números correspondem à soma dos livros dos estudantes e dos docentes. Cada editora negocia o exemplar diretamente com o Ministério da Educação. Disponível em: www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos. Acesso em: 22 abr. 2020.

3 REFLEXÕES SOBRE OS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA E ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE SUA IMPLEMENTAÇÃO

Apesar de já constituir certa tradição nos espaços escolares, a adoção dos livros didáticos pelos professores não estabelece muitas vezes objeto de rigorosa análise por parte dos docentes. Levando-se em consideração a descentralização do PNLD, no qual cada instituição escolar escolhe a obra adotada, o que se percebe de fato é o agressivo marketing das editoras em cima dos docentes e dos diretores escolares em prol da escolha de seus livros.

O que deveria ser uma escolha a partir do currículo (cada rede estadual tem seu próprio currículo até a implementação do BNCC que busca alguma uniformização curricular) e do Projeto Político Pedagógico de cada instituição, o que acontece é uma escolha sem debate e com interesses de poderosas editoras². Podemos inicialmente questionar quais os elementos centrais que representam os livros didáticos em Ciências Humanas em ambientes escolares. A partir do PNLD 2021, de acordo com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio, os livros didáticos passaram a ser ligados às áreas do conhecimento. Isso gerou enormes prejuízos aos discentes, pois boa parte dos conteúdos do livro disciplinar de Sociologia, não foi contemplado no livro por área do conhecimento.

Os livros disciplinares são ideais para quem deseja adquirir um conhecimento detalhado e especializado em uma área específica. Também são organizados de forma a seguir uma lógica coerente e progressiva, o que facilita a compreensão e o aprendizado em profundidade do assunto. São mais úteis para estudantes avançados ou profissionais que necessitam de um conhecimento aprofundado em uma área específica. Já os defensores do livro por área do conhecimento acreditam que eles articulam as competências gerais, as específicas e as habilidades de cada área. Esta mudança torna a abordagem dos conteúdos integrada e interdisciplinar, criando uma trajetória com mais sentido para o estudante.

A pesquisadora Circe Bittencourt chama atenção quando afirma que “por ser um objeto de múltiplas facetas, o livro didático é pesquisado enquanto produto cultural; como mercadoria ligada ao mundo editorial e dentro da lógica de mercado

² Desde meados de 2000 o Ministério da Educação vem instituindo regras para coibir o abuso das editoras com os professores, no que diz respeito à entrega de brindes, eventos em escolas, entre outros, o que nem sempre é cumprido pelos relatos de docentes. O envio de amostras para apreciação é permitido.

capitalista” (Bittencourt, 2003, p. 05). Isso significa dizer que as validações de conteúdos estão relacionadas a valores ideológicos e culturais, o que muitas vezes significa estar ligado aos princípios capitalistas de mercado.

Sobre os valores ideológicos, os autores Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2012) percebem a escola como reprodutora das desigualdades em seu sistema de ensino, favorecendo aqueles que possuem capital cultural e que vão se perpetuando e mantendo a ordem das classes dominantes. Utilizamos o conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu, entendendo-o como a reunião de influências sofridas por um indivíduo ao longo dos anos. Essas influências são ligadas ao capital cultural que o indivíduo recebe ao interagir com a sociedade, impactando inclusive sua subjetividade. O pensador francês identificou que o *habitus* das crianças de classes sociais mais baixas não consiste no mesmo que dos educadores que pertencem a uma classe social mais elevada.

Dessa maneira, refletindo na perspectiva do *habitus*, de Bourdieu, podemos entender que o livro didático possui esse importante componente de consagrar conteúdos associados às classes dominantes, o que certamente gera insatisfação de boa parte dos estudantes que não se sentem identificados com as temáticas propostas. Um exemplo é a baixa incidência de autores negros e de mulheres nos livros de Sociologia, isso é facilmente percebido pela experiência e leituras, como salienta o Professor Afrânio Silva. A falta de representatividade de segmentos historicamente marginalizados é uma característica das obras. Por que se privilegia determinado autor? A grande maioria das citações é de intelectuais homens e brancos, e isso é sentido por parte de professores e estudantes mais atentos.

É basilar trazer os teóricos da reprodução para compreender as dinâmicas que envolvem não só a elaboração do material didático no Brasil, mas também a compreensão do alunado em um país de dimensões continentais, diverso culturalmente e desigual socialmente. Para o filósofo Louis Althusser (1980), a escola é um aparelho ideológico do Estado que contribui para a sustentação da ordem social e política burguesa. Todas as características da sociedade capitalista se reproduzem no espaço escolar. Desta maneira, a escola ensina a diferentes crianças e jovens distintos padrões de comportamento, dependendo da classe que pertence e do trabalho que se realizará.

O filósofo brasileiro Demerval Saviani (1999), apontando a escola como reprodutora da cultura dominante, afirma que a instituição torna-se um aparelho

ideológico da burguesia a serviço de seus interesses para impedir o desenvolvimento dos valores e concepções das classes populares e de suas lutas. Essa medida serve para qualificar o trabalho intelectual e desqualificar o trabalho manual. Um jovem estudante que não se sente familiarizado aos conteúdos trazidos pelo livro didático certamente não terá o entusiasmo e a familiaridade em trabalhar com o material. Sabemos que a motivação é um dos fatores determinantes do processo de ensino-aprendizagem, portanto cabe ao professor a necessária mediação do livro didático ponderando seu conteúdo ao contexto mais próximo da realidade dos estudantes.

Uma crítica trazida principalmente pelos teóricos da educação decolonial aos livros de Humanidades, dentre eles o de Sociologia, diz respeito à visão eurocêntrica nas obras. Apesar do § 2º do artigo 26-A, incluído na LDB pela Lei n. 11.645, de 2008, prever que “os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar...” (Brasil, 2008b), é necessário buscar outras narrativas que incorporem elementos importantes da formação social, política e histórica do Brasil e do mundo, e que não estão presentes nos livros didáticos em sua representatividade.

Os conteúdos trabalhados no livro didático e no próprio ensino de Sociologia podem causar tensões com saberes e práticas tradicionalmente engendradas pelo ambiente escolar. No cenário de políticas conservadoras, de revisionismo histórico, percebem-se diversas perseguições aos docentes das áreas de Humanidades, em especial aos professores de Sociologia. Isso também afeta a produção de material didático, pois autores já denunciaram, ainda que de maneira velada, a autocensura³.

Outra possível crítica feita às obras didáticas consiste na demora em incorporar os novos conhecimentos produzidos através de pesquisa universitária nos livros didáticos. Relacionado a esse ponto, é histórico o relativo desprezo que o ambiente universitário tem pelo universo escolar da Educação Básica, incluindo aqui os livros didáticos. A falta de prestígio dos cursos de Licenciatura em comparação ao bacharelado talvez seja uma chave importante para a compreensão desse contexto. Segundo a socióloga Anita Handfas, a tendência à supervalorização do bacharelado

³ Como reconhece a própria Associação Brasileira de Editores e Produtores de Conteúdo e Tecnologia Educacional (ABRELIVROS), em matéria de sua página na Internet: <http://www.abrelivros.org.br/home/index.php/noticias/8771-a-autocensura-nao-e-a-pratica-da-maioria-dos-autores-de-livros-mas-o-medo-de-ser-discriminado-paira-no-ar>. Acesso em: 23 abr. de 2020.

em detrimento da licenciatura se dá em função da própria desvalorização do professor na sociedade brasileira (Handfas, 2009). Por outro lado, Afrânio Silva, um dos autores do livro didático *Sociologia em Movimento*, pondera a crítica da demora da inserção de novos conteúdos, e aponta que a própria validação do conhecimento científico necessita de tempo e análise de pesquisadores, ressaltando que “é importante que os autores estejam atentos às mudanças e ao que vem se produzindo nos diferentes espaços acadêmicos”.

A implementação dos livros didáticos no ambiente escolar brasileiro ainda é uma questão que carece de aperfeiçoamentos. Apesar da excelente intenção do Ministério da Educação ao publicar um Guia do Programa Nacional do Livro Didático, material que serve de análise para os docentes no momento que antecede a escolha das obras, muitas vezes o docente não tem acesso ao guia devido à precária divulgação nos espaços escolares. Quando isso ocorre, os professores acabam suscetíveis ao livro enviado sem seu parecer anterior.

O conteúdo dos livros talvez seja o aspecto mais controverso destes materiais. No Guia de 2015 para *Sociologia* salientava-se “a busca por uma equipe representativa das grandes regiões do Brasil, assegurando uma variedade de olhares sobre o livro didático, tendo em vista a diversidade sociocultural da escola nessas diversas regiões do país” (PNLD, 2015, p. 08). A esse respeito podemos apontar os diversos questionamentos de docentes de *Sociologia*, principalmente no interior do país, que não se identificam com as obras justamente pelo seu viés urbano, não contemplando elementos culturais do campo.

A preocupação com os preconceitos e estereótipos também é relevante. Carmo e Nascimento (2015) afirmam, ao analisar os livros de *Sociologia* do PNLD de 2015, que os povos afrodescendentes e as populações indígenas não são suficientemente apresentados e retratados nas obras, tampouco as questões mais relevantes sobre essas temáticas são contextualizadas e aprofundadas (Carmo; Nascimento, 2015). Ao se desenvolver uma obra com reprodução de velhos estereótipos apenas salienta-se que o próprio ambiente escolar por vezes favorece o conservadorismo.

As interpretações dos conteúdos tomadas como definitivas são validadas com o livro didático, e o professor, quase sempre, não tem o retorno das editoras ou do próprio Ministério da Educação diante do surgimento de algum questionamento. A resolução das demandas se insere na fragilidade dos livros que possuem o material

de suplemento do professor. Sugerimos um canal aberto entre as editoras, autores e os professores para que dúvidas e sugestões possam ser colocadas para além do encarte do professor que acompanha a obra.

Dando significância ao conteúdo abordado, merece ser destacada na análise dos livros didáticos a maneira como a linguagem é determinada. Com tantas características regionais, ao padronizar um tipo de código de escrita, o direcionamento adotado acaba por unificar, mesmo que no padrão formal, os símbolos que serão aceitos ou não, perdendo assim importantes elementos regionais de linguagem.

Precisamos estar atentos à adequação dos livros didáticos à compreensão do alunado. Considerando a variedade do público a que se destina, pode-se afirmar seguramente que muitos não conseguem compreender a linguagem do material. O desafio da transposição didática, ou seja, transformar o conhecimento científico em conhecimento escolar, precisa estar no centro das preocupações de autores, editores, professores e todos os envolvidos com essas questões. É fundamental para o professor utilizar o material e abordá-lo com uma linguagem que se aproxime da realidade dos discentes, de forma que o conteúdo ensinado tenha sentido e significado.

As nossas críticas não manifestam uma negação do livro didático, mas a necessidade de aprimoramento dessa política. Pode-se afirmar que eles e outras fontes de recursos são complementares à aula e servem de material de importante apoio ao professor. Ressaltamos, contudo, que a obra não pode ser um guia *stricto sensu* do trabalho docente. Esse exagerado apego ao livro didático é característica de uma pedagogia tecnicista, o que não concordamos. A criatividade é exigência para um catedrático de Sociologia. Este deve ser espécie de criador de conceitos, também capaz de criar materiais didáticos, bem como adaptar os materiais existentes, inclusive o livro, às demandas práticas da sala de aula. Assim sendo, chamamos atenção para utilização de outros materiais didáticos e para o cuidado para que o conteúdo presente nos livros não substitua a relevância do papel docente.

É sugestivo refletir, seguindo essa linha de raciocínio, sobre a importância de o professor ser também um pesquisador atento à relação entre o material disponível para a docência e a sua rotina de trabalho. É mister na prática docente a investigação crítica em prol das atividades produzidas em sala de aula. O pedagogo Pedro Demo (1999) afirma que a pesquisa adensa a instrumentação teórica - prática

para o exercício da cidadania e participação do processo produtivo do conhecimento. Nesse contexto, pode-se afirmar, ainda de acordo com o autor, que o professor precisa ser um pesquisador, saber ler a realidade criticamente e fazer da pesquisa um princípio educativo, parte inerente do processo pedagógico. É no decorrer da pesquisa que professor e aluno fazem a leitura da realidade, transmitindo um olhar crítico para saber intervir de forma alternativa, com base na capacidade questionadora.

Além disso, para muitos estudantes no Brasil, o manual didático é o único tipo de livro que passa em suas mãos ao longo da vida. Para se ter uma ideia, dados de 2018 do Anuário Brasileiro da Educação Básica, publicado pela organização Todos Pela Educação, e referindo-se às escolas brasileiras com Ensino Médio, apenas 11,3% possuíam sala de leitura e biblioteca, com 53,8% possuindo apenas biblioteca e 20,6% só sala de leitura (Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2019).

Se já apontamos o desinteresse pela Licenciatura, faz-se relevante apontar que muitos professores que lecionam Sociologia não possuem formação na área. De acordo com os indicadores educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2014), apenas 22,6% dos magistrados em Sociologia tinham formação superior de Licenciatura. Isso torna o livro didático ainda mais importante, pois muitas vezes se trata do único material da disciplina nas mãos do docente.

3.1 LIVROS E APARATOS TECNOLÓGICOS NA PERSPECTIVA DOCENTE

Com a chegada dos novos aparatos tecnológicos, a educação passa a ganhar outros contornos. O diálogo com essas inovações científicas se faz presente no contexto educacional, mas não de maneira uniforme. Os recursos escolares que auxiliam a prática docente se multiplicam aproveitando os conhecimentos do mundo contemporâneo, e cada vez mais educadores questionam os antigos recursos pedagógicos, incluindo aí os livros didáticos.

A despeito de uma série de instrumentos tecnológicos que a realidade quase nos impõe, os livros didáticos continuam tendo importância no espaço escolar. Apesar da presença de outras linguagens atravessando a sociedade atual, elas não entram no planejamento das atividades didáticas escolares, sendo principalmente percebidas como um espaço de caráter lúdico, complementar ou de entretenimento.

Porém, aos poucos isso vai se modificando, especialmente nos livros didáticos que tem que se adaptar e integrar as novas realidades virtuais. Espaços interativos - e aqui chamamos atenção para a interação com docentes e estudantes também -, produção de páginas de Internet com vídeos, elementos de multimídia, e outros adventos virtuais batem a porta dos novos livros didáticos. São desafios a mais para os professores, que inúmeras vezes não se sentem capacitados em avançar no contexto de cibercultura e ciberespaço (note-se a importância da educação continuada para o docente no que diz respeito ao acompanhamento profissional das novas tecnologias da informação).

Moreira e Rodrigues (2013) indagam se o advento das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na educação, a partir do processo de globalização, vai gerar o fim da cultura do livro. Após avaliarem diversos aspectos concluem:

O Livro Didático pode deixar de ser o principal recurso didático em algumas realidades escolares, compartilhando em igualdade de condições com o uso de outros recursos tecnológicos, mas estará longe de se tornar um representante do arcaísmo pedagógico. Mesmo porque o saber para ser ensinado, aprendido e avaliado sofre um processo de seleção e segmentação. Ou seja, o saber escolar precisa ser didatizado a não ser que se mude radicalmente a concepção de escola (Moreira; Rodrigues, 2013, p. 65).

Ademais, os autores levantam outros questionamentos acerca da relação entre livros didáticos e novas tecnologias, dentre eles as escolas que recebem a maior parte dos livros impressos. Nesse sentido, apontam que são as escolas públicas que tem na política do livro didático uma de suas principais diretrizes, coordenada pelo programa do livro didático do governo federal. Já as escolas privadas estão se especializando em produzir seu próprio material didático apostilado, assim como, dentro de suas condições, vão se adequando de forma particular às novas TICs em sua prática pedagógica.

Portanto, precisamos observar que as TICs acirram as desigualdades educacionais, dentre tantas já existentes no país. Nessa perspectiva, Martín-Barbero (2003) salienta:

O mais grave dos desafios que a comunicação propõe hoje à educação é que, enquanto os filhos das classes mais altas conseguem interagir com o novo ecossistema informacional e comunicativo a partir da própria casa, os filhos das classes populares - cujas escolas não têm, em sua imensa maioria, mínima interação com o ambiente informático, sendo que para eles a escola é o espaço decisivo de acesso às novas

formas de conhecimento – acabam excluídos do novo espaço laboral e profissional que a cultura tecnológica configura (Martín-Barbero, 2003, p. 62).

Com a pandemia global, o tema do trabalho docente virtual ganhou enorme relevância. Contudo, o assunto tem que ser debatido levando-se em consideração aspectos sociais, econômicos, e, principalmente, no cuidado de não haver maior precarização no trabalho docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a importância do livro didático de Sociologia na prática docente, traçando uma trajetória histórica da disciplina nos currículos brasileiros e destacando a necessidade de maior atenção no âmbito acadêmico. Além disso, abordamos o histórico dos livros didáticos no contexto educacional do país, evidenciando sua relevância por meio de dados estatísticos para docentes e estudantes.

É crucial que a qualidade da educação seja prioridade nas políticas públicas, incluindo a implementação de programas de formação continuada para os professores, visando o aprimoramento profissional e, conseqüentemente, a oferta de uma educação de excelência. Nesse sentido, o debate em torno dos livros didáticos é fundamental.

Observa-se a necessidade de uma maior representatividade de autores negros, dos provos originários e autoras mulheres nos conteúdos dos livros de Sociologia, destacando narrativas de resistência histórica e sociológica que ainda carecem de visibilidade. É importante ressaltar que muitos professores que lecionam Sociologia não possuem formação específica na área, o que impacta tanto os estudantes quanto os próprios docentes, que muitas vezes dispõem apenas de uma única obra didática para consulta.

Apesar das inovações tecnológicas, o livro didático continua sendo uma ferramenta relevante de transformação social, e um recurso valioso para a prática docente e o aprendizado dos estudantes. No entanto, é fundamental utilizá-lo de forma crítica, promovendo debates e reflexões que contextualizam seu conteúdo diante dos desafios enfrentados no exercício do magistério.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.

ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Todos pela educação**. 2019. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/302.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2020.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. "Em foco: história, produção e memória do livro didático. Educação e Pesquisa". **Educação e Pesquisa - Revista da Faculdade de Educação da USP**, v. 30, n. 3. São Paulo, p. 471-473, 2003.

BNDES. Banco Nacional do Desenvolvimento. **Dez curiosidades sobre o mercado de didáticos brasileiro**. 2018. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/livro-didatico>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. "O ensino de sociologia no século XIX: experiências no estado do Amazonas, 1890-1900". **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 123-145, jan.-mar. 2021.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 5. ed. Editora Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 março de 2008. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 2008b.

BRASIL. Lei n. 11.684, de 2 de junho de 2008. Inclui Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF: Diário Oficial da União, Brasília, 2008a.

CARMO, Erinaldo Ferreira; NASCIMENTO, Silas Cássio Gomes. "O índio e o negro nos livros didáticos de Sociologia adotados no PNLD". **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, v. 7, n. 14, 2015, p. 226-245.

CARVALHO, Lejeune Mato Grosso Xavier de. "A trajetória histórica da luta pela introdução de Sociologia no Ensino Médio no Brasil". In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. **Sociologia e Ensino em debate**. Ijuí: Editora Unijuí, 2004, p. 17-61.

CIGALES, Marcelo; ENGERROFF, Ana Martina Baron. "Uma cartografia do capital social dos pioneiros da Sociologia no Brasil: um estudo sobre os manuais escolares". In: MAÇAIRA, Julia Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa (Orgs). **Saberes e Práticas do Ensino de Sociologia**. Rio de Janeiro: Autografia, 2018, p. 222-246.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 6. ed. São Paulo, Cortez, 1999.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. "As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Colted e a Fename". **História da Educação**, v. 19, n. 45, 2015, p. 85-102.

HANDFAS, Anita. "Formação de professores de Sociologia: reflexões sobre diferentes modelos formativos". In: HANDFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de (Orgs). **A Sociologia vai à escola**. Rio de Janeiro: Quarter: FAPERJ, 2009, p. 187-196.

INEP. **Indicador de adequação da formação do docente da educação básica**. Ministério da Educação, Brasília, novembro de 2014.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. "Globalização comunicacional e transformação cultural". In. MORAIS, D. (Org.) **Por uma outra comunicação – mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 74.

MEUCCI, Simone. **Institucionalização da Sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos**. São Paulo: Hucitec Editora, 2011.

MOREIRA, Kênia Hilda; RODRIGUES, Eglem Oliveira Passone. "O Livro Didático e as Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação Escolar: o livro didático sobreviverá às novas tecnologias?". **Revista EaD & Tecnologias Digitais na Educação**, v. 1, n. 2, Dourados, jul/dez, p. 57-68, 2013.

PNLD 2015. SOCIOLOGIA. **Guia de livros didáticos**. Ministério da Educação. Brasil, 2015.

PNLD 2018. SOCIOLOGIA. **Guia de livros didáticos**. Ministério da Educação, Brasil, 2018.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. **A Sociologia volta à escola: um estudo dos manuais de Sociologia para o Ensino Médio no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1999.

SILVA, Afrânio de Oliveira. **Entrevista concedida a Rodrigo de Souza Pain**. Rio de Janeiro, 22 de abril de 2020.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. "O ensino das Ciências Sociais/ Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas". **Coleção Explorando o Ensino**. Ministério da Educação, Brasília, 2010.

Sobre os autores

Rodrigo de Souza Pain

Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Professor do Curso de Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Contato: rodrigo.pain@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2223-5110>

Wallace Ferreira

Doutor em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Professor do Curso de Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Contato: walaceuerj@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7496-9485>

Artigo recebido em: 30 de março de 2024.

Artigo aceito em: 18 de junho de 2024.